

Agências monitoram economia do país

São Paulo — Arturo Porzencanski está preocupado com 1998. No ano de eleições no país, segundo ele, há poucas chances de que gastos públicos sejam cortados. De acordo com o banco ING Baring, o déficit operacional (despesas menos receitas, sem o efeito da inflação e juros) chegará a 3,0% do Produto Interno Bruto (PIB), um corte não muito grande se comparado com o rombo de 3,9% nas contas da União, estados e municípios apurado em 1996.

Esse indicador macroeconômico, mais alguns como o comportamento dos débitos externos do país, são matéria-prima para a análise da qualidade do risco de investimento no Brasil. O próprio Departamento Econômico do banco ING Baring registra em seus dados macroeconômicos (em % do PIB) dados relativos ao País para os anos de 1997 e 1998 (ver quadro).

Os indicadores são estudados por empresas internacionais especializadas, conhecidas como agências avaliadoras de *rating*. Essas empresas dão notas e medem a capacidade de países, indústrias, bancos, empresas de serviços de honrarem seus compromissos financeiros.

As três mais importantes empresas do ramo no mundo são Moody's, Standard & Poors e Duff & Phelps. A elevação de nota dessas agências ao Brasil melhora a percepção dos investidores estrangeiros sobre o País, o que é traduzido numa queda de juros no repasse de empréstimos. O inverso, queda no *rating*, joga os encargos financeiros para cima. As avaliações sobre países sempre

A SITUAÇÃO DO BRASIL *

	1997	1998
Crescimento da economia	3%	**
déficit público operacional	3,5%	3,0%
nominal	5,0%	4,5%
inflação	8,0%	7,0%
juros reais	13,0%	12,0%
déficit em contas correntes	US\$ 31,5 bilhões	US\$ 34 bilhões
	4% do PIB	4% do PIB
déficit balança comercial	US\$ 10 bilhões	US\$ 10 bilhões

*em percentagem do PIB

** está sendo recalculada.

Fonte: Departamento econômico do banco ING Baring

causam reflexos no preço dos créditos tomados por empresas no exterior.

Para o diretor-executivo do ING Baring, 1998 poderá ser um ano ruim para o Brasil na captação de recursos estrangeiros. "Se a economia piorar seus pontos básicos — controle de gastos, modernização do estado com privatizações, vigor nas contas internacionais — as notas também caem. Significa que fica mais arriscado investir no país, e o governo precisa pagar mais pelo dinheiro de que necessita", comenta Porzencanski.

BÔNUS

Joydeep Mukherji, analista da Standard & Poor's (S&P) em Nova York, diz que as avaliações de países são feitas a longo prazo, raramente influenciadas por fatos isolados. Tanto ele quanto Porzencanski elogiaram a emissão de US\$ 3 bilhões de bônus do Tesouro em todo o mundo — os *global bonds*, que vencerão em 30 anos. Segundo o Banco Central, a operação gerará uma economia de US\$ 220 milhões até 2027, quando

vencem os novos papéis. Além disso, o Executivo conseguiu abater US\$ 466 milhões da dívida externa líquida, que fechou 1996 em US\$ 116,1 bilhões. Ambos os economistas acreditam que foi uma operação engenhosa, chamou a atenção dos investidores estrangeiros e ajudará tanto o governo quanto companhias nacionais a obter créditos mais baratos.

"É preciso ver os reflexos desta medida nos fundamentos da economia. O lançamento dos papéis foi bem sucedido. Porém, ele não determinará isoladamente uma subida de *rating* do Brasil", comenta o técnico da Standard & Poors.

De acordo Joydeep Mukherji, as agências estão muito atentas à evolução do déficit em transações correntes, a soma dos buracos nas contas comerciais, de serviços, menos as transferências de recursos feitas por brasileiros que moram no exterior. Em 1994, esse saldo negativo era de US\$ 1,68 bilhões e deverá chegar este ano a US\$ 31,5 bilhões. Nos quatro anos, o rombo chegará a US\$ 75,3 bilhões. (RL)